

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6371527>



INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES NO ENSINO MÉDIO

Júlio Paulo Cabral dos Reis¹

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos²

Resumo

O presente artigo investigou ações realizadas de ou para a internacionalização na educação básica, com foco, no ensino médio brasileiro. Assim, buscou apresentá-las e como elas são aplicadas ou desenvolvidas atualmente neste nível do ensino. Com base na pesquisa bibliográfica foram evidenciadas algumas das ações e constatamos que para se desenvolver a internacionalização no ensino médio, por hora, não diverge, totalmente daquelas ações utilizadas para a educação superior. Mesmo a internacionalização estando presente em documentos oficiais brasileiros para a educação básica – ensino médio – esta pesquisa não encontrou ações de/para internacionalização realizadas nas esferas estadual e municipal. Entretanto, verificamos que muitas instituições federais, que ofertam o ensino médio, trabalham com a internacionalização por meio da mobilidade acadêmica (*input* e *output*), oficinas extensionistas, estágio, centro de línguas e, até mesmo, internacionalização em casa (IaH).

Palavras chave: Educação Básica. Ensino Médio. Internacionalização.

Abstract

This article investigated actions taken from or to internationalization in basic education, focusing on Brazilian secondary education. Thus, it sought to present them and how they are currently applied or developed at this level of education. Based on the bibliographic research, some of the actions were highlighted and we found that to develop internationalization in high school, for the time being, it does not diverge, totally from those used for higher education. Even though internationalization is present in official Brazilian documents for basic education – high school – this research did not find actions for/for internationalization carried out at the state and municipal levels. However, we found that many federal institutions, which offer secondary education, work with internationalization through academic mobility (*input* and *output*), extension workshops, internship, language center and even internationalization at home (IaH).

Keywords: Basic Education. High School. Internationalization.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Licenciado em Matemática pela mesma instituição. Coordenador Adjunto do Grupo de Estudos sobre Docência Universitária em Educação Matemática (GEDUEM) e Integrante do Grupo de Estudos sobre Internacionalização da Educação Básica e Superior (GEIEBES). Professor Efetivo de Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG/Campus Ibirité). E-mail para contato: julio.reis@ifmg.edu.br

² Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN). Bolsista PNP/CAPE. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade La Salle (UNILASALLE) com período sanduíche (em ambas as formações) pela Universidade La Salle México (ULSA). Professor Substituto do Núcleo de Educação da Infância – Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NEI-CAP/UFRN). Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais (PPGITE/UFRN). Coordenador do Grupo de Estudos sobre Internacionalização da Educação Básica e Superior (GEIEBES) e Coordenador do Grupo de Estudos sobre Docência Universitária em Educação Matemática (GEDUEM). E-mail para contato: mendes.guilherme234@gmail.com



INTRODUÇÃO

A internacionalização na perspectiva da educação teve motivações iniciadas por processos mercantilistas e da globalização no final do século XX. Thiesen (2019; 2021) traz o contexto histórico e reflexões desta década: globalização-internacionalização. Para o autor, no que se refere à educação básica, a interferência e/ou inferência neste nível educacional, desde a elaboração de um currículo internacional à alinhamentos para uma educação que atenda e atente para questões internacionais são aspectos fulcrais para se pensar na formação do sujeito.

Em Paniago e Vieira (2020, p. 1), são apresentadas algumas características do mundo globalizado: “relações políticas, sociais e econômicas entrelaçadas, elevado fluxo interfronteiriço de informações, mercadorias e pessoas, produção coletiva da ciência, inovação tecnológica [...]”. Para as autoras frente ao processo global, o indivíduo está, de todas as formas, imbricado nessas relações. Complementam, ainda, que com o advento tecnológico, foi proporcionado aos indivíduos estarem conectados aos diferentes contextos e realidades, de modo que lhes sejam potencializadas aprendizagens e construção de conhecimentos nos diferentes âmbitos – político, social, histórico-cultural, educacional, entre outros.

Sejam realidades econômicas, políticas, culturais etc., as informações passaram a circular de modo mais rápido e as interações foram facilitadas pelas tecnologias digitais que impulsionaram a globalização, principalmente, no que se refere ao mercado econômico. Em Thiesen (2019; 2021) verifica-se a globalização impulsionando a internacionalização, em especial, a internacionalização da educação. Neste movimento, fica evidente que

o conhecimento acabou se tornando um bem mercadológico extremamente valioso que praticamente todos almejam obter. Inteiradas desta realidade, as instituições de ensino públicas e privadas passaram a realizar ações que propiciassem o desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal de seus alunos por meio de políticas que os fizessem conviver com outras culturas e adquirissem saberes a serem posteriormente difundidos em sua comunidade (CHAGAS; SALAZAR; QUEIROZ NETO, 2020, p. 208-209).

O desenvolvimento intelectual pela construção de conhecimentos e saberes pode contribuir para uma formação mais ampla do sujeito, de modo que ele se torne um sujeito mais autônomo, crítico e reflexivo. Neste ínterim, políticas educacionais começaram a ser criadas, culminando no chamado processo de internacionalização da educação (CHAGAS; SALAZAR; QUEIROZ NETO, 2020). A compreensão da efetivação das ações para internacionalização da educação traz, para este campo do saber científico, reflexões amplas e complexas, principalmente, no que concerne à uma formação cidadã



e que esteja objetivando a uma visão sistêmica, holística, global e que considera o local como fator importante desse processo.

Bezerra (2012, p. 15) apresenta a internacionalização como a ação do estudante ingressar “em instituições no exterior, por meio de intercâmbio para desenvolver nelas atividades acadêmicas por determinado período.” Podemos perceber aqui uma visão bem difundida sobre o fazer internacionalização na educação: a mobilidade acadêmica física. Em contrapartida, Gomes (2015) propõe uma ampliação da compreensão da internacionalização na educação, não somente no contexto da mobilidade, mas a percepção de que o viés da tecnologização dos estudantes, também pode ser considerada a internacionalização.

Destas duas primeiras exposições é possível analisar a ampliação conceitual da temática, que hora, iniciava com a imersão física do estudante a realidades de países do exterior, mas transcendo para o fato de que é possível internacionalizar pela utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Novos desafios são lançados, no que condiz em ações que realmente edifiquem tais propostas, como, por exemplo, a participação local de estudantes em atividades de cunho internacional.

Na literatura vigente, já é uma conformidade que, na atualidade, as políticas de internacionalização para a educação, caminham com mais efetividade e consolidação no que diz respeito à educação superior (KNIGHT, 2003; ALTBACH; KNIGHT, 2007; MOROSINI; NASCIMENTO, 2017; SANTOS; REIS, 2020). Entretanto, quando analisadas para a educação básica, segundo Paniago e Vieira (2020, p. 1) “há pouco estudo científico e políticas públicas [...]”. Mesmo havendo estudos como o de Thiesen (2019; 2021) nos quais é possível verificar indicações relacionadas à internacionalização por meio de descritores como: internacionalização, internacional(is), internacionalizado, mundialização, mundial, transnacional, transnacionalização e global em documentos oficiais brasileiros para a educação básica, em especial, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a realidade científica para este nível educativo mostra passos lentos em direção à internacionalização da educação básica.

Neste sentido, buscar compreender, mesmo que de forma introdutória, como estão e quais estão sendo ações desenvolvidas ou em desenvolvimento de internacionalização a nível da educação básica voltados para o ensino médio é contribuir ao contexto educacional. Ademais, pode estimular, não somente os profissionais interessados nesta temática, mas Instituições de Ensino que oferecem tal nível para que possam (re) pensar sobre a internacionalização e como incorporá-la em seu contexto escolar.

Assim, este artigo propõe, numa perspectiva inicial, identificar ações que estão sendo desenvolvidas ou em desenvolvimento em prol da internacionalização no ensino médio brasileiro. Para isso, fizemos uso da pesquisa bibliográfica (SANTOS, 2021; GIL, 2012) como procedimento técnico do



estudo. Nosso arcabouço teórico tomou por base autores como Thiesen (2019; 2021), Ferrari (2015), Cavalcante (2016), Paniago e Vieira (2020) e Corrêa, Almeida e Borges (2016) como interlocutores para a discussão da internacionalização na educação básica.

Por esta pesquisa, constatamos que ações como a mobilidade acadêmica, traços da internacionalização *at home* (IaH), a criação de centro linguísticos e oficinas extensionistas já são ações efetivas e/ou em desenvolvimento para este nível de ensino e que, de certo modo, elas não diferem das que já são realizadas na educação superior. Contudo, notamos uma discrepância em relação a internacionalização entre as esferas administrativas estadual, municipal e federal, tendo esta última um avanço maior em relação às outras.

CONCEPÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Desde a forma mais conhecida de se fazer internacionalização na educação, a mobilidade acadêmica física, outras ações foram sendo incorporadas e validadas ao processo da internacionalização da educação ao longo do tempo. Paniago e Vieira (2020) citando Dale (2004) argumentam que internacionalizar

significa reterritorializar a educação e torná-la produto de um mercado global, por meio de ações como: mobilidade acadêmica; acordos de cooperação entre universidades internacionais; cursos de idiomas; e políticas públicas que garantam o acesso de seus nacionais a centros acadêmicos estrangeiros (PANIAGO; VIERIA, 2020, p. 3).

Cada ação apresentada pelos autores abre uma gama de possibilidades, discussões, reflexões e propostas de ações para se introjetá-las no contexto educacional. Dentre os teóricos deste campo do saber (KNIGHT, 2003; MOROSINI, 2019), sobre como validar a internacionalização da educação, destacamos a visão de Bezerra (2012) e Gomes (2015) que trazem a compreensão de que internacionalizar no viés da mobilidade física, consiste no indivíduo se mover fisicamente para um território distinto ao seu, a exemplo, um outro país. Não obstante, Gomes (2015), inclui-se a possibilidade do “mover digitalmente”, isto é, se conectar a outras realidades por meios tecnológicos.

Podemos compreender que a expansão trazida por Gomes (2015) caminha para o contexto de uma internacionalização entendida como internacionalização *at home* (IaH) que é “apresentada como o processo de integração das dimensões internacional e intercultural, no currículo formal e informal, para estudantes em ambientes domésticos” (BARANZELI, 2019, p. 189).

A IaH, sendo uma vertente da internacionalização do currículo (IoC) (MOROSINI, 2018) poder ser trabalhada por meio das conexões, com o apoio das TDIC, principalmente com base em parcerias



personais, institucionais, entre outras. Tal perspectiva, traz a possibilidade de agregar uma “internacionalização realizada no próprio país, promovida com a ajuda dos estrangeiros que nele vivem e com os próprios sujeitos locais que viveram no estrangeiro ou que de uma outra forma ganharam competências internacionais” (THIESEN, 2021, p. 31).

De modo que a IaH, segundo Baranzelli (2019) não deve ser considerada uma segunda opção de se fazer internacionalização, isto é, apenas para os estudantes não móveis, porém, é uma das vertentes da IoC, permitindo, possibilidades de internacionalizar o ensino e a pesquisa. Outro ponto a se considerar, em uma perspectiva de educação para todos, a IaH entra como um eixo importante para se proporcionar uma formação cidadã que possibilite aos estudantes, independente de condição socioeconômica e geográfica, ter acesso a uma visão internacional ao longo de sua trajetória. Quando negamos que tais ações são possíveis, estamos obstruindo um direito do estudante a uma formação que esteja mais voltada para o global.

Avançando na discussão, destacamos que a maioria das ações de internacionalização da educação está baseada no fato relevante da cooperação, acordos e parcerias. Em Santos (2015, p. 32), verifica-se que a “cooperação internacional é sinônimo de abertura de oportunidades para o desenvolvimento, porém postula permuta para que o acordo seja consensual em um contexto onde os parceiros maximizam os interesses.”. Neste contexto, os interesses são em prol da educação. Desta maneira, a internacionalização pode oferecer a formação do sujeito sob múltiplos olhares, pela parceria de agentes e instituições, de modo que esta se torna quase que um fator decisivo neste aspecto, porém, não único.

Thiesen (2021, p. 36) reflete sobre a possibilidade da internacionalização da educação por um currículo internacionalizado, pois entende que “é aquele que envolverá os estudantes com a pesquisa internacionalmente informada e a diversidade linguística e cultural, além de propositadamente desenvolver suas perspectivas interculturais e internacionais como cidadãos e profissionais globais”. Nota-se a complexidade da proposta, porém, ao se pensar nas parcerias, a implementação da proposta pode se tornar tangível. Para o autor, instituições que propõem um currículo como este, contribuem com seus estudantes na preparação para diversos contextos internacionais ou multiculturais que possam vivenciar, seja no âmbito pessoal ou profissional.

Outra visão apontada por Thiesen (2021, p. 36) se refere ao cuidado na diferenciação para a internacionalização do currículo, uma vez que entende que é “a incorporação de uma dimensão intercultural e internacional no conteúdo, assim como o ensino, aprendizado, instrumentos de avaliação e serviços de suporte de um programa de estudo”. Assim, para ações com maior abrangimento é relevante trabalhar as duas perspectivas: o currículo internacionalizado e a internacionalização do



currículo. Inserir ao currículo ações que desenvolvem tais características, não necessariamente, envolve mover-se fisicamente ou interagir com indivíduos externos, mas considerar realidades globais que podem ser incluídas ao currículo para construção de conhecimentos.

Seja em uma ou outra perspectiva, podemos compreender a internacionalização como “uma série de atividades e estratégias as quais visam promover uma vivência educativa de profissionais e estudantes em ambientes que integram uma perspectiva global.” (CAVALCANTE, 2016, p. 129). Tais atividades e estratégias podem ser inclusas no currículo de modo a possibilitar a troca de experiências e o interconectar de conhecimentos (FERRARI, 2015). Elas, por sua vez, estão em conformidade Thiesen (2021, p. 28) apresenta como fenômeno da internacionalização da educação sendo os

caminhos ou alternativas para ampliar e aprofundar as relações interculturais, sociais e educacionais em contextos internacionais e transnacionais. Movimentos que se efetivam por atividades educacionais domésticas e/ou fronteiriças, individuais e/ou institucionais, geralmente envolvendo mobilidades humanas, conteúdos curriculares centrados em competências internacionais e interculturais, compartilhamento de conhecimentos e diferentes formas de cooperação acadêmica especialmente nos âmbitos do ensino e da pesquisa.

As ações chamadas de caminhos e/ou alternativas são inúmeras e podem ocorrer a partir da mobilidade física ou da “mobilidade” digital. Como exemplos, destacamos a internacionalização *at home* (IaH), bem como um currículo educacional que as contemple. Neste sentido, entendemos que a internacionalização contribui para os processos de ensino-aprendizagem, não somente na relação educativa e pedagógica, mas também na formação humana cidadã e global.

Outrora, a concepção da internacionalização pensada somente como a mobilidade física do indivíduo entre instituições educacionais nacionais e estrangeiras, hoje, o termo se tornou mais amplo, sendo possível reconhecer ações curriculares de internacionalização por meios digitais, com a participação de pessoas estrangeiras em cursos *online*, em disciplinas dos diversos níveis educativos, palestras, conferências, entre outros (MOROSINI, 2018; 2019). Tal ampliação oferece complexidades da implementação do internacionalizar no contexto educacional, haja vista que requer um investimento, não somente financeiro e estrutural, mas formativo. Entretanto, entendemos que é possível vislumbrar ações factíveis em prol da internacionalização na educação básica. A este respeito, a internacionalização na educação pode ser compreendida como um

movimento, ainda inicial, com motivações predominantemente políticas e econômicas, que se fortalece mobilizado por influências de organismos estatais ou privados que operam em espaços e instâncias transnacionais. Por diferentes estratégias e instrumentos, induzem estados nacionais e sistemas educacionais a desencadearem formulação e implantação de reformas em seus currículos de Educação Básica, alcançando, inclusive, espaços escolares. São processos que podem incluir desde a formulação de políticas curriculares mais amplas, até reconfigurações, redesenhos, adaptações ou adequações curriculares com foco nos conteúdos de conhecimento, nas



aprendizagens dos estudantes, na avaliação e nas respectivas metodologias de ensino (THIESEN, 2021, p. 36).

No que se refere às motivações políticas, uma destas se dá ao fato da qualidade da educação vista a nível internacional, isto é, uma educação que atenda aos parâmetros internacionais de avaliação educacional, como por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA³). Além, já se compreende a relevância da internacionalização no que se refere a construção de conhecimentos e a formação do sujeito global: o contato com variadas realidades, potencializando, a formação de um sujeito com maior visão sistêmica, crítica e reflexiva.

Quando voltamos nossa atenção para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) brasileira, percebemos que as expectativas de internacionalização da educação já trazem discursos que caminham para:

i) reconhecimento da existência de contextos, demandas e expectativas internacionais; ii) preocupação com efeitos e implicações das exigências internacionais; iii) expectativas em relação às demandas, especialmente no que se refere a resultados educacionais; iv) garantia de direitos em relação aos compromissos firmados em acordos, pactos e/ou convenções internacionais; v) inclusão de conteúdos curriculares que atendam aos requerimentos e padrões internacionais; vi) busca por acesso e participação nas redes e projetos sociais que circulam em escala internacional ou transnacional (THIESEN, 2019, p. 9).

Mesmo que, em alguma medida, a internacionalização esteja presente em documentos oficiais da educação básica brasileira, o caminhar das implementações não é tão célere. Significa dizer que o Brasil, na questão curricular da educação básica, ainda está no estágio inicial quanto às propostas da internacionalização. Na educação superior, tal processo já possui um avanço e uma consolidação maior, especialmente, na pós-graduação *stricto sensu* (MOROSINI, 2019).

Se, por um lado, ações de internacionalização na educação básica ainda são incipientes, por outro, torna-se relevante analisar as que já ocorreram ou ocorrem em prol da mesma para este segmento de ensino. Deste modo, apresentamos, as ações encontradas nesta pesquisa.

AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA

Importante destacar que este artigo não procurou evidenciar todas as ações e/ou fazer um levantamento de todas as possibilidades de internacionalizar na educação básica. O objetivo foi apresentar, pela pesquisa desenvolvida, as que já foram ou são realizadas no ensino médio.

³ Avaliação externa internacional que mede o nível de aprendizagem dos estudantes em leitura, matemática e ciências.



Neste contexto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando o *Google Scholar* e a plataforma *Scielo* Brasil para pesquisar trabalhos com o descritor-chave: internacionalização e ensino médio. Observamos poucos trabalhos estabelecendo o elo da temática supracitada. Porém, verificamos que ações de/para a internacionalização já vêm ocorrendo, principalmente, na esfera federal de ensino e que, de certo modo, não diferem muito em relação ao que já ocorre na educação superior.

As ações aqui expostas advêm de parcerias e/ou cooperações entre instituições o que corrobora com Santos (2015) e Copiano e Batista (2021), como elemento presente na internacionalização da educação. Mobilidade física (BEZERRA, 2012), traços da internacionalização em casa (GOMES, 2015), bem como a proposta de centros linguísticos e oficinas de extensão com viés internacional são alguns exemplos do que identificamos. Logo, evidenciaremos algumas ações encontradas.

Iniciamos com a parceria, envolvendo a IaH, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) no Brasil e a *Tampereen Seudun Ammattiopisto* (TREDU) na Finlândia, composta por uma equipe de 2 (dois) professores e 10 (dez) estudantes dos Cursos Técnicos de Eletrônica e Eletrotécnica do IFAL e 2 (dois) professores e 10 (dez) estudantes da Finlândia. Em Corrêa, Almeida e Borges (2016), apresenta-se o relato desta ação, cuja a integração das equipes se deu pelo ambiente virtual do *LabTEC@*⁴, com a realização de projetos colaborativos nas áreas de eletrotécnica e eletrônica. Segundo os autores o “foco é a internacionalização no ensino vocacional, mas sendo a Finlândia um exemplo de equidade social, pretendesse envolver alunos e professores em uma cultura de “mão na massa”, buscando integrar estratégias e tecnologias educacionais dos dois países” (CORRÊA; ALMEIDA; BORGES, 2016, p. 4).

Para a interação das equipes, o idioma utilizado foi o inglês. Notamos, aqui, a possibilidade da IaH contribuindo a construção de conhecimentos e convivência (mesmo que virtual) com outra realidade (BARANZELLI, 2019; THIESEN, 2021; GOMES, 2015) e ainda se verifica a cooperação entre instituições. (SANTOS, 2015; PANIAGO; VIEIRA, 2020).

O projeto do *LabTEC@* teve início em 2012 e em Corrêa, Almeida e Borges (2016), os resultados são apresentados até o ano de 2016. Identificamos que a IaH, segundo os autores, proporcionou motivação para as equipes e que, como decorrência do projeto, seria possível o desenvolvimento de intercâmbios com o apoio governamental. Por fim, Corrêa, Almeida e Borges (2016, p. 4) relatam que esperam “contribuir efetivamente para ampliar a integração entre escola e

⁴ Ambiente aberto para aprendizagem ativa orientado para adolescentes no ensino médio profissionalizante na área tecnológica que promove a cultura “mão-na-massa” e integra alunos de diferentes instituições e países buscando o aprimoramento da aprendizagem no ensino público e caminhando para uma equidade social em escala mundial (CORRÊA; ALMEIDA; BORGES, 2016, p. 1).



comunidade, indo além da questão local e atingindo modelos mais equitativos de sociedade contextualizados de forma global”.

Já em Ferrari (2015), a internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional ocorre por intermédio do programa Ciência sem Fronteiras (CsF^{5,6}). Este programa foi estruturado na educação superior e utilizado em menor escala para o ensino médio integrado dos chamados Institutos Federais (IF), envolvendo a mobilidade acadêmica física por meio de parcerias entre os IF – Brasil – e outros países. A saber o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), dentre outros IF, já promoveram a internacionalização, nível médio, por meio deste programa. Porém, esta modalidade, para este segmento educacional, ainda é aplicada em menor escala.

Outra preocupação quanto ao desenvolvimento de ações para a internacionalização é o papel que as línguas estrangeiras ocupam durante esses processos. Finardi e Porcino (2015), analisam o papel do inglês, tanto na formação quanto na internacionalização da educação, e verificam a relevância do idioma em programas. Neste sentido, Finardi e Porcino (2015, p. 114) entendem que é preciso

[...] ampliar o debate com vistas a propor políticas que considerem uma visão de educação condizente com os desafios da sociedade atual, reconhecendo a necessidade de mais investimento no profissionalismo docente, preparando professores para as devidas mediações entre linguagens [...].

Frente ao exposto, podemos entender que o ensino da língua no Brasil se torna uma fragilidade. Neste contexto, Coelho (2021) apresenta o Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e a relação do mesmo com o processo de internacionalização.

Devido à exigência do domínio de outras línguas para a interação em diferentes culturas, por meio da conectividade e do fluxo de comunicações vigentes na sociedade, cada vez mais complexa e conectada, deu-se início no IFAM o processo de institucionalização de um Centro Educativo de Línguas sistêmico (CIIFAM), que se caracteriza como um núcleo de apoio ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e prestação de serviços (COELHO, 2021, p. 35).

Como no IFAM, outros IF, como o IFSP, também já implementaram os seus centros de idiomas ou linguísticos, cujo um dos objetivos consiste em auxiliar o processo de internacionalização. Boschini,

⁵ Esse Programa foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), e suas respectivas instituições de pesquisa e fomento, CNPq e CAPES, no sentido de promover a consolidação, a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia. (FERRARI, 2015, p. 1011).

⁶ Cabe destacar que o Programa Ciência sem Fronteiras teve a sua finalização em abril de 2017.



Fischer e Batista (2021) fizeram uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática IFSP, além de apresentar questões ligadas à mobilidade acadêmica física. Nesta perspectiva, os autores apresentaram os Centros de Línguas (CeLin), cujos objetivos destacam-se: “1) oferecer cursos de língua estrangeira para a comunidade interna e externa; 2) capacitar estudantes e servidores” (BOSCHINI; FISCHER; BATISTA, 2021, p. 14). Logo, podemos apreender que tais objetivos contribuem para a internacionalização.

Em Paniago e Vieira (2020, p. 4) foi apresentado os programas de internacionalização praticados pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) que ocorrem por ações extensionistas como “visitas técnicas em organizações externas; participação de estudantes em feiras e olimpíadas em outros países; mobilidade e estágio internacional; e capacitação docente e discente em instituições estrangeiras”. Tal como em outros IF, a mobilidade estudantil é uma prática no IFMS, tanto no *output* (saída de estudantes brasileiros para o exterior), como no *input* (chegada de estudantes estrangeiros no Brasil) e, para tal, as parcerias são imprescindíveis. No que diz respeito ao estágio internacional o objetivo consiste em “promover ações de abordagem acadêmica, científica, pedagógica e cultural, e a primeira oferta pelo IFMS ocorreu no ano de 2019, a partir da disponibilização de dez vagas [...]” (PANIAGO; VIEIRA, 2020, p. 6).

No Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), em Canoas, a internacionalização ocorre por meio de projetos de extensão em programas denominados Oficinas Permanentes de Cultura (OPC) desde 2011. De acordo com Neuberger e Schwarz (2017, p. 361, grifo nosso)

o Programa Oficinas Permanentes de Cultura atua como um programa de extensão internacionalizado, já que leva à sua comunidade externa e interna espaços de propagação cultural onde são utilizados elementos de diversas culturas mundiais. Além disso, a troca de elementos culturais se mostra efetuada quando o Programa transmite seus conhecimentos construídos. Vídeos, fotos, textos e relatos são adicionados ao blog e mídias sociais, sendo estes possíveis de acesso a qualquer local do Mundo via internet.

Verificamos, ainda, que a internacionalização para o ensino médio oferecida na modalidade integrado pelos IF já caminha por meio de ações em desenvolvimento ou desenvolvidas para tais propósitos. Isto pode, talvez, se dar ao fato de leis e diretrizes criadas para os IF e por conselhos, setores (como a Assessoria de Relações Internacionais – ARINTER), portarias e memorandos que orientam e oferecem norteamento de como estabelecer ações de internacionalização, bem como possibilidades de ações por meio de editais.

Se, por um lado, a mobilidade acadêmica, principalmente pelo programa governamental Ciência sem Fronteiras (CsF) – até abril de 2017 – e por ações institucionais no que tange a rede federal de



ensino médio integrado, de certo modo, é uma realidade. Dentre outras ações presentes no ensino médio da rede federal, infelizmente, pouco se encontra para o cenário das redes estaduais e/ou municipais. Tal situação pode ser em virtude de se estar presente nas diretrizes em documentos oficiais e em menor escala no currículo e efetividade no contexto institucional dessas redes.

Deste modo, a internacionalização no ensino médio, já está ocorrendo, por meio destas ações. Porém, percebemos um abismo entre as redes federal, municipal e estadual no que diz respeito a internacionalização, haja vista a ausência de publicações sobre a temática para essas duas últimas redes supracitadas. Ainda, importante relatar que ao pesquisar no *Google Scholar* sobre “internacionalização e ensino médio” poucos artigos trazem ações já desenvolvidas e/ou reflexões a este respeito. Contudo, notamos a tendência desta discussão no âmbito da educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que, mesmo estando em sua gênese – a internacionalização na educação básica –, é possível identificar ações para o ensino médio, principalmente, nas redes federais de ensino, com os IF. Por convênios, cooperações e/ou parcerias evidenciamos o avanço dos IF na tratativa da internacionalização e da formação global do sujeito.

Ações de internacionalização *at home* (IaH) apresentada por Corrêa, Almeida e Borges (2016) mostrou que foi possível a inserção digital em outras realidades internacionais num formato colaborativo na construção de conhecimentos. O programa CsF, apresentado por Ferrari (2015), promoveu a mobilidade física do estudante entre instituições parceiras – tanto *input* quanto *output*.

Além disso, foi evidenciada que a preocupação com a aprendizagem de idiomas como uma ação que contribui para internacionalização (COELHO, 2021; BOSCHINI; FISCHER; BATISTA, 2021). Em Paniago e Vieira (2020) e Neuberger e Schwarz (2017), identificamos que as oficinas extensionistas, as visitas técnicas, as olimpíadas internacionais, o estágio internacional e participação dos estudantes em feiras são ações de internacionalização que já ocorrem no ensino médio.

Tais ações corroboram com diretrizes sobre internacionalizar presentes em documentos oficiais brasileiros. Notamos, ainda, que elas estão sendo inseridas, mesmo que timidamente, aos currículos. Sejam por programas ou projetos, as instituições já começaram a compreender a importância da internacionalização na formação global do sujeito. Tal visão corrobora a de Copiano e Batista (2021, p. 4), onde

as instituições de ensino técnico de nível médio são espaços geradores de conhecimento, cultura e tecnologia que buscam inovar na criação de novos cursos e na capacitação de docentes e discentes



como forma de atender os novos desafios de um mercado de trabalho globalizado, competitivo e internacional.

Indo além de uma formação para o mundo globalizado, “a prática internacional no âmbito no Ensino Médio Integrado pode contribuir para a formação humana ao propiciar ao jovem estudante a aquisição de diversos saberes sociais e culturais”. (PANIAGO; VIEIRA, 2020, p. 1), isto é, ampliando a visão e a formação do estudante. A mudança de postura no que se refere a inserção da internacionalização na educação básica pode ser morosa, pois ainda há muito o que se compreender sobre internacionalização para tal segmento de ensino, porém, já ocorre nas instituições, pela compreensão de que ela é relevante para uma educação de qualidade.

À guisa de uma conclusão, entendemos que a internacionalização é um processo que precisa estar incorporado ao contexto educacional, independentemente do nível educativo, uma vez que contribui para a formação do sujeito. Ela promove o exercício da cidadania e aprendizagem global, uma vez que o sujeito compreende o seu papel na atual sociedade do conhecimento e experiencia realidades distintas à sua, o que pode ampliar a sua criticidade, reflexividade e, por extensão, sua formação. Ademais, compreendemos a relevância da internacionalização na construção de conhecimentos: sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros, pois acreditamos que ela oferece uma formação ampla ao sujeito imerso em um mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. “The internationalization of higher education: motivations and realities”. **Journal of Studies in International Education**, vol. 11, n. 3/4, 2007.

BARANZELI, C. “Modelo de internacionalização em casa – IaH”. In: MOROSINI, M. (org.). **Guia para internacionalização universitária**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019.

BEZERRA, M. G. D. **O processo de internacionalização da educação como fator estratégico de desenvolvimento institucional**: um olhar sobre as ações de internacionalização desenvolvidas em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte na visão dos seus representantes (Dissertação de Mestrado Profissional em Administração). Natal: Universidade Potiguar, 2012.

BOSCHINI, F. F.; FISCHER, C. R.; BATISTA, S. S. S. “A internacionalização das instituições de educação profissional e tecnológica: o Instituto Federal de São Paulo”. **Revista Brasileira de Educação Comparada**, vol. 3, 2021.

CAVALCANTE, P. R. **Faces do agir docente em projetos cooperativos de internacionalização**: uma leitura interacionista sociodiscursiva de representações sobre políticas de idiomas estrangeiros no contexto dos Institutos Federais. (Tese de Doutorado em Linguística). João Pessoa: UFPB, 2016.



CHAGAS, E. L. T.; SALAZAR, D. M.; NETO, J. P. Q. “A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM”. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, vol. 4, n. especial, 2020.

CLEMENTE, F. A. S.; MOROSINI, M. C. “IAH: internacionalização e/ou interculturalidade at home?”. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 47, 2021.

COELHO, I. M. W. S. “O centro de idiomas do instituto federal do amazonas e o processo de internacionalização: desafios e perspectivas futuras”. *In*: COELHO, I. M. W. S. (org.). **A internacionalização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas**, vol. 1. Capinas: Editora Pontes, 2021.

CORRÊA, M.; ALMEIDA, A. J.; BORGES, L. L. “Internacionalização como caminho para equidade na educação. O caso LabTEC@ e a integração Brasil-Finlândia”. **Proceeding of the FabLEARN Conference BRAZIL**. São Paulo: FabLEARN, 2016.

COPIANO, G. A. B.; BATISTA, S. S. S. “Internacionalização e a educação profissional técnica de nível médio: estudo da parceria entre Ceeteps e o Icif”. **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 2, 2021.

FERRARI, M. “A internacionalização dos institutos federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá”. **Educação & Sociedade**, vol. 36, n. 133, 2015.

FINARDI, K. R. PORCINO, M.C. “O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil”. **Horizontes de linguística aplicada**, vol. 14, n. 1, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, A. **Mobilidade**. Dicionário de Políticas Públicas, vol. 2. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015.

KNIGHT, J. “Definição Atualizada de Internacionalização”. **Educação Superior Internacional**, n. 33, março, 2003.

MOROSINI, M. C. “Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais”. **Roteiro**, vol. 42, n. 1, 2018.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. “Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações”. **Educação em Revista**, vol. 33, e155071, 2017.

NEUBERGER, G. SCHWARZ, M. M. “O programa oficinas permanentes de cultura: incentivando a internacionalização cultural através da extensão”. **Anais do 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017.

PANIAGO, M. B.; VIEIRA, A. A. S. “Para além das fronteiras: a internacionalização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul”. **Anais do VII Congresso Nacional de Educação**. Maceió: CONEDU, 2020.

SANTOS, M. **O processo de internacionalização no ensino técnico de nível médio: o estudo de caso do Centro Paula Souza e do Senai-SP (Dissertação de Mestrado em Administração)**. Salvador: UFBA, 2015.



SANTOS, G. M. T. “A pesquisa bibliográfica como procedimento técnico para a investigação acadêmico-científica”. *In*: MOREIRA, L. C. V.; MENEGAT, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Dialética, 2021.

SANTOS, G. M. T.; REIS, J. P. C. “COVID-19 e internacionalização em casa: potencialidades para o processo de ensino-aprendizagem na educação superior”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 11, 2020.

SANTOS, P. K.; MOROSINI, M. C. “A mobilidade de estrangeiros como desafio/ferramenta à Internacionalização em Casa - IAH: Desafios e Perspectivas da Internacionalização das Universidades Brasileiras”. *In*: BRITO, R. O. **Internacionalização da educação básica e superior: desafios - perspectivas – experiências**. Brasília: UNESCO, 2020.

THIESEN, J. S. **Currículo e internacionalização na educação básica**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

THIESEN, J. S. “Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização: aproximações e convergências discursivas”. **Educação e Pesquisa**, vol. 45, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima